

OS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS NOVAS GUERRAS ÀS MISSÕES DE PAZ

Professor MS Marcelo Mello Valença

Doutorando em Relações Internacionais e professor do curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este trabalho tratará sobre a questão das novas guerras, i.e., os conflitos “surgidos” a partir da segunda metade do século XX e que se tornaram predominante neste período. Tais conflitos, de caráter essencialmente doméstico, eram antes considerados como sendo de competência do Estado, mas que hoje são considerados como preocupação da comunidade internacional, em função da instabilidade que podem causar, tanto interna, quanto regionalmente. Mostraremos como estes novos conflitos demandam uma maior atenção da comunidade internacional para a sua resolução, de forma que apenas a atuação militar - tal como no *peacekeeping* durante a Guerra Fria - não se mostra suficiente para se atingir a paz duradoura, ainda que as operações de paz que trataram de tais guerras sejam consideradas bem sucedidas.

Palavras-chave: Novas Guerras - Operações de Paz Economia Política dos Conflitos Internacionais.

ABSTRACT

This paper debates the issues of the new wars, i.e., the conflicts that appeared during the second half of the 20th century and became predominant since then. These conflicts were considered as a responsibility of the state, but are currently a source of concern from the international community. The paper will show why these conflicts

must be approached in a different way than the interstate ones, especially in order to resolve them. In that fashion, to approach them only using armed force – as the peacekeeping during the Cold War – is no longer enough to bring a sustainable peace, even if the peace operations created to end these wars are considered well-succeed.

Keywords: New Wars - Peace Operations - Political Economy of the International Conflicts.

ABSTRACT

This work aims to point a period where the industry of Brazilian defense acted in support to the economic policy, that it adopted measured to compensate disequilibrium in the trade balance, especially aggravated with the second world-wide crisis of the oil, occurred in 1979. Numerically, the supplier of oil for Brazil was Iraq, country with which also we kept continuum commercial transaction by sell the products of the industry of national defense. During approximately one decade, Brazil sold products with aggregate technology and bought commodity. Leaving of a theoretical quarrel of the lines of research of International Relations and the collected given presenting on the period, we objectify to answer to the following question: the industry of Brazilian defense could make more than to supply and to keep military material for the national Armed Forces, when concurring positively for execution of the external politics?

Keywords: Foreign Policy. International Relations. Defense Industry.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a discutir as conseqüências das novas guerras sobre as agendas políticas internacionais contemporâneas, em especial quanto aos seus processos de resolução. Entendemos as novas guerras como incluídas dentro do novo cenário de conflitos percebidos a partir da segunda metade do século XX e que acabaram por se tornar predominante a partir deste período (Gleditsch, 2002). Tais conflitos, de caráter essencialmente doméstico, eram antes

considerados como sendo de competência do Estado, mas hoje são tidos como uma preocupação compartilhada pela comunidade internacional em função dos seus efeitos sobre a ordem internacional, em especial quanto à instabilidade que podem causar, tanto interna, quanto regionalmente (Kaldor, 2001).

Em um primeiro momento, abordaremos as guerras tradicionais e seus elementos caracterizadores. Este tipo de guerra é aquele descrito em documentos internacionais, como a Carta da ONU e que envolvem exclusivamente Estados como partes beligerantes. Esta abordagem nos permite compreender melhor a dinâmica das novas guerras. A partir destas considerações, discutiremos brevemente a forma como a comunidade internacional e as missões de paz atuavam para a sua resolução.

Posteriormente, discutiremos as peculiaridades e elementos caracterizadores das novas guerras, fenômeno social que cada vez mais ocupa espaço relevante nas agendas políticas, demandando tratamento diferente por parte da comunidade internacional para que sua resolução seja atingida. Isto se mostra necessário justamente por estas guerras conterem particularidades que não percebidas nas guerras tradicionais e que influenciam de maneira decisiva os cenários local e regional durante e após o fim dos conflitos. Aqui trataremos especialmente da forma como estas guerras se retroalimentam, promovendo um cenário no qual a superação desta condição de conflito se torna impossível frente aos efeitos que estas novas guerras geram na sociedade, especialmente na área sócio-econômica.

É com base neste caráter predatório que as novas guerras assumem que acreditamos que os desafios por elas lançados demandam uma nova abordagem do *peacekeeping* nestes conflitos. Por demandarem uma maior atenção da comunidade internacional durante seu processo de resolução, estas novas guerras evidenciam que apenas a atuação militar - tal como no acontecia no *peacekeeping* tradicional -, ainda que necessário, não se mostra suficiente para garantir a paz duradoura. Assim, os esforços na promoção de resolução destes conflitos, em especial as missões de paz organizadas pela ONU, devem se focar em aspectos não conectados à prática da violência direta decorrente dos enfrentamentos, mais do que meramente se preocupar em encerrar a violência, como é a prática

corrente. Ressaltamos a necessidade de se entender a resolução dessas novas guerras como parte integrante de um processo mais amplo e complexo do que usulamente acontecia nas guerras tradicionais. Falamos aqui de se buscar a solução das causas que levaram as partes a optar pela resolução violenta de suas controversas, ao mesmo tempo em que se busca também amenizar os efeitos decorrentes do *warfare* dessa nova forma de conflito.

AS GUERRAS TRADICIONAIS

O modo como a guerra é comumente enxergada tem grande influência do pensamento de Clausewitz, considerado um dos maiores estrategistas e teóricos da guerra. Através de uma abordagem filosófica, Clausewitz desenvolveu em seu livro "Sobre a Guerra" uma verdadeira lição de como se pensar a guerra, e não simplesmente um manual de combate (Moran, 2002), como muitos acreditam. Entretanto, diversos ensinamentos táticos puderam ser percebidos a partir dele, como a forma tradicional. A idéia de guerra tradicional, por exemplo, deve muito à descrição feita por Clausewitz em seu livro.

Este tipo de guerra é concebido como um conflito continuado entre forças armadas organizadas representando Estados, valendo-se do máximo de esforço possível, com o objetivo fazer o outro lado se render (Holsti, 1996; Lund, 1996): "[w]ar is direct, somatic violence between state actors" (Evans e Newnham, 1998, p. 565). A partir deste pressuposto, haveria elementos que proporcionariam o entendimento da guerra dentro de certos limites: as partes envolvidas seriam os Estados, que lutariam por meio de suas instituições militares em um conflito formalmente estabelecido delimitado. Até mesmo a forma de fazer a guerra era controlada, com os enfrentamentos ocorrendo em áreas distantes dos não-combatentes, após a deliberação entre os representantes das partes e encerradas com a derrota ou rendição formal de um dos lados. Era um conflito que visava à derrota da instituição estatal representada por aqueles indivíduos e símbolos; atingindo tal objetivo, a guerra se encerrava.

O caráter institucional deste tipo de guerra é muito forte, pois pressupõe o monopólio do uso da força pelo Estado e a imposição

da distinção entre aqueles agentes por ele autorizados a se valer desta força – os soldados – daqueles que estariam à margem dos combates – os civis e outras formas de não-combatentes. Isso seria possível graças ao uso de símbolos distintivos e uniformes pelos combatentes, entre outros elementos caracterizadores (Creveld, 1991; Holsti, 1996). O Estado, as forças armadas e a população civil eram tidos como entes distintos tanto em termos legais, políticos e estratégicos, reforçando a estrutura e o caráter institucional destas guerras. Em suma, estes são os conflitos reproduzidos e descritos na Carta da ONU, regulados pelo direito internacional e pelos manuais diplomáticos.

Tamanha institucionalização é decorrente, segundo Mary Kaldor (2001), das separações estruturais que existiriam nestes conflitos, através da distinção explícita entre (i) o público e o privado, i.e., entre as atividades do Estado e o que não estaria sob sua competência; (ii) o interno e o externo, definindo os limites territoriais do Estado; (iii) o plano econômico e o político, com a coerção física não compondo as atividades econômicas; (iv) o plano civil e o militar, determinando o que faria parte da vida social e o que comporia a barbárie; e, finalmente, (v) o possuidor legal do direito de usar a força, os não-combatentes e os criminosos, delineando as fronteiras da guerra, da paz e da violência institucionalizada do Estado. A guerra seria uma atividade fundamentalmente restrita ao âmbito estatal; a relação entre outros grupos políticos se daria através das formas políticas não-violentas por ele reguladas.

Apesar de ter grande influência e ser constantemente lembrado como referência até os dias de hoje nesta maneira de ver a guerra, Clausewitz buscou o apoio necessário às suas idéias na história europeia (Moran, 2002). Ele não prescreveu uma idéia nova, apenas constatou fatos e procurou trabalhá-los racionalmente: as guerras interestatais, ao longo de pouco mais de três séculos, ajudaram a garantir o fortalecimento da organização e da consolidação de um sistema internacional composto por atores de natureza estatal. É a guerra vista dentro do cenário europeu posterior à paz de Westphalia e repetida durante a Guerra Fria:

[w]hat we tend to perceive as war, what policy-makers and military leaders define as war, is, in fact, a specific phenomenon which took

shape in Europe between the fifteenth and eighteenth centuries, although it has passed several changes since them" (Kaldor, 2001, p. 13).

Ainda que se aplicando a qualquer ação coletiva internacional, a prática do *peacekeeping*, durante a segunda metade do século XX, se tornou a forma mais comum para a resolução destes conflitos, de características eminentemente interestatais. O empreendimento de missões de paz envolvia, necessariamente, a prática de medidas não-coercitivas por parte dos interventores, i.e., as forças multinacionais não tinham como objetivo a restauração da ordem social ou a promoção do fim dos combates, mas a ajuda à implementação dos acordos de paz já negociados. Não havia capacidade ofensiva – seus recursos eram limitados e um maior poder bélico poderia indicar a parcialidade para um dos lados do conflito –, o que a impossibilitava de atuar diretamente em confrontos. Por isso as forças de *peacekeeping* atuavam como uma linha divisória entre as partes em combate, prevenindo incidentes que pudessem prejudicar as tréguas e compromissos já estabelecidos, patrulhando as áreas designadas e assegurando o cumprimento do que fora acordado anteriormente. As forças de paz serviam como conciliadores entre as partes em relação a acontecimentos não previstos, criando laços de confiança em relação ao processo a ser estabelecido e em relação à outra parte (Diehl, 1994). As capacidades militares teriam pouca utilidade, pois não eram requeridas: a presença internacional havia sido autorizada pelas partes em conflito, não precisando haver coerção.

Assim, o enfoque exclusivamente no campo militar se mostrava suficiente para garantir a efetividade das missões de paz, visto que os conflitos não envolveriam as populações desses Estados e a própria dinâmica política da época não permitia envolvimento mais intenso de organismos internacionais. A disputa entre EUA e URSS não abria espaço para maiores intervenções, já que a comunidade internacional mostrava-se dividida entre as duas grandes superpotências. A própria ideia de que as guerras eram um fenômeno que não envolvia a sociedade proporcionava a busca por soluções diretamente conectadas aos problemas militares. A paz seria obtida

com a resolução das causas imediatas do conflito, i.e., aquelas que levaram as partes a pegar em armas. Economia, sociedade e desenvolvimento eram elementos que não se mostravam afetados pelo conflito, situação que se tornaria inviável perante o cenário criado pelas novas guerras.

AS NOVAS GUERRAS

Apesar da preocupação dos Estados com conflitos semelhantes aqueles enfrentados nas duas grandes guerras, o período posterior à II Guerra Mundial marcou uma maior incidência das guerras intra-estatais, que se tornaram mais frequentes que as tradicionais¹. Uma nova organização do sistema internacional surgia, mais complexa, com a divisão política em dois blocos e o nascimento de diversos novos Estados, com legitimidade institucional posta sob dúvidas. Isto se tornaria problemático em longo prazo, pois as novas fronteiras estatais não representariam a idéia de comunidade (Gurr e Harff, 1994; Holsti, 1996; Agnew, 2000). Os problemas que existiam nestas regiões antes da criação destes novos Estados foram agravados pela convivência forçada entre diferentes grupos. Se antes, movimentos nacionalistas e manifestações de comunidades políticas intraestatais eram reprimidos pelos grandes poderes desde o Concerto da Europa (Agnew, 2000), uma vez que a independência destes Estados se concretizava, a capacidade do Estado de conter contestações se mostrava cada vez menor e menos efetiva. Ainda que a principal arena destas novas guerras fossem os países que compunham o Terceiro Mundo (Creveld, 1991; Ayoob, 1995; Acharya, 1997; Kaldor, 2001), elas acabariam por não se limitar a esta região apenas:

¹ As referências quanto ao número exato de guerras intra-estatais e interestatais variarão conforme o autor e o banco de dados pesquisados, mas é notável o predomínio das novas guerras sobre as tradicionais a partir do fim da II Guerra Mundial. De acordo com o Correlates of War ("COW"), guerra é o conflito que envolve a morte de um mil ou mais indivíduos no espaço de um ano em função dos combates. Kalevi Holsti (1996, p. 22 e pp. 210-224) aponta uma proporção de 4:1 das novas guerras para os conflitos tradicionais; Charles Kegley Jr e Eugene Wittkopf (2001, p. 436) observam um total de 64 guerras civis entre os anos de 1816 e 1945, enquanto entre 1946 e 1998 houve 167; Kritz (2001, p. 801) estima em cerca de 9:1 a proporção das novas guerras para as tradicionais nos últimos anos. O COW indica 23 guerras interestatais a partir de 1945 e 103 guerras intra-estatais neste mesmo período (uma relação de uma guerra tradicional para quase 4,5 guerras internas).

they are a global phenomenon not just because of the presence of global and global networks, nor because they are reported globally. The characteristics of the new wars (...) are to be found in North America and Western Europe as well. (...) [A]ll parts of the world are characterized by a combination of integration and fragmentation even though the tendencies to integration are greater in the North and the tendencies to fragmentation may be greater in the South and East (Kaldor, 2001, p. 11).

As novas guerras apresentariam caráter intra-estatal, sendo disputada por grupos políticos dentro do Estado – étnicos, culturais ou ligados por outro laço de identidade. Assim, a guerra deixaria de ser um recurso de política de Estados para atingir interesses vitais, tais como a definição clausewitziana, para se tornar um elemento da interação inter-grupos domésticos. Em razão disto, desta ausência de limites separando as partes, as novas guerras ultrapassariam as fronteiras estatais, atingindo áreas vizinhas e trazendo novos grupos, sejam eles internos ou estrangeiros, para o combate, motivados pela sua identificação com os beligerantes. A identificação cultural, étnica, religiosa ou lingüística dos grupos impulsionava alianças e garantia a atração de grupos ou segmentos sociais de áreas do globo que aparentemente não apresentavam conexão direta com a região ou a motivação do conflito.

Pelas características apresentadas pelas novas guerras, podemos perceber como se diferenciariam dos conflitos tradicionais. Esta nova forma de enxergar os conflitos conflitos assemelhar-se-ia a enfrentamentos não-institucionalizados envolvendo um ou mais grupos distintos do Estado em lados opostos, onde a divisão entre o governo, o exército e a população não era mais bem definida, tal como o era na tríade clausewitziana (Creveld, 1991, p. 51):

[t]he clear distinction between the state, the armed forces, and the society that is the hallmark of institutionalized war dissolves in “people’s war”. (...) In wars of the third kind, just as civilian/soldier distinction disappears,

the role of outsiders becomes fuzzy. The laws of neutrality no longer apply because those who are militarily weak rely on outsiders for arms, logistical support and sanctuary (Holsti, 1996, p. 37).

Assim, diferentemente das guerras tradicionais, onde os combatentes podiam ser identificados através de suas insígnias e uniformes, as novas guerras são marcadas por lados ordenados de maneira informal, muitas vezes nem mesmo hierarquicamente. As novas guerras seriam vistas como aquelas travadas por um ou mais grupos privados não-militares contra outros grupos de igual natureza ou contra uma estrutura hierarquizada que se confundiria com a figura do Estado em seu território. Os combates se dariam através de formas não-clausewitzianas, com o inimigo não sendo tradicionalmente identificável como combatente: ele seria constituído por todo e qualquer indivíduo que representasse a diferença aos seus ideais culturais e políticos. Os atos de guerra se confundiriam com posturas criminosas, tornando ordinária a violência individual e a infração da ordem institucionalizada: as partes envolvidas acabariam por romper o monopólio do uso da força pelo Estado.

A multiplicidade de atores envolvidos no conflito se mostra característica distintiva das novas guerras, combinando agentes públicos e privados e de esferas estatais e não-estatais, como em um retorno ao medievalismo. Neste sentido, os exércitos tradicionais se mostram irrelevantes (Creveld, 1991, p. 32), porque não apenas soldados lutariam nestas guerras, mas

a disparate range of different types of groups such as paramilitary units, local warlords, criminal gangs, police forces, mercenary groups and also regular armies including breakaway units of regular armies. In organizational terms, they are highly decentralized and they operate through a mixture of confrontation and cooperation even when on opposing sides (Kaldor, 2001, p. 8).

A idéia de autodeterminação pregada pela Carta da ONU de 1945 motivou diversas destas novas guerras, refreadas pela tensão

existente durante o período da Guerra Fria. Mas com o seu fim, o clamor de autodeterminação voltou a falar alto e os conflitos se tornaram mais noticiados (Moran, 2002), evidenciando esta nova “onda”. As condições políticas, como o aumento da importância do ator não-estatal no sistema internacional, também proporcionaram mudanças na forma de se fazer a guerra, incorporando características ao conflito que os diferenciava da guerra até então conhecida (Singer, 2001).

Percebe-se, pois, a ausência de institucionalização nestas guerras tal como costumava haver nos conflitos tradicionais. Através desta ruptura institucional e da erosão do Estado e das diferenças entre o particular e o privado, o interno e o externo, o militar e o civil (Kaldor, 2001, p. 20), a separação entre paz e guerra ficou mais difícil de ser percebida. É justamente nesta série de erosões que este trabalho irá focar.

Diante de todas estas mudanças, os objetivos das novas guerras também se mostrariam diferentes: a busca por segurança ou poder geopolítico continuava, mas envolveria questões de governança, identidades políticas pré-estatais e seu *status* no interior do Estado (Creveld, 1991; Holsti, 1996; Kaldor, 2001). Há o aumento da importância da identidade e dos processos de globalização nestes conflitos, motivando os choques entre identidades diferentes. Como haveria grupos com motivações distintas no interior dos novos Estados, as disputas entre eles por bens e força política geravam conflitos violentos.

A busca pelo poder se dava através de vias tradicionais, mas motivada por identidades não ortodoxas, representadas por etnias, tribos e religiões, e não mais por ideologias políticas ou interesses econômicos. A solução, para o vencedor, passaria pela aniquilação, expulsão ou assimilação dos perdedores, numa tentativa de uniformizar este grupo: “[i]dentity conflicts may be harder to resolve, settlements do not seem to hold as well” (Licklider, 2001, p. 698). Valendo-se de novas formas de fazer guerra, os grupos beligerantes buscariam consolidar o controle político sobre determinada região, impondo um determinado rótulo sobre esta região e sua população. O não enquadramento neste rótulo implicaria ser considerado contrário à causa daquele grupo, levando à eliminação de eventuais opositores. Esta eliminação da oposição se daria por formas

variadas, como o assassinato sistemático de representantes de outros rótulos, limpeza étnica ou através de técnicas de depredação da região, seja economicamente ou psicologicamente (Kaldor, 2001, p. 98).

As novas guerras seriam vistas neste contexto como um esforço para evitar a perda da identidade decorrente da “padronização” cultural das diferentes identidades existentes dentro destes novos Estados. A criação de uma identidade nacional seria vista como ameaçadora para os valores comunitários que os diversos grupos intra-estatais carregam. Os combates são travados por estes grupos, alimentados por recursos vindo de atores estrangeiros, estatais e não-estatais. Com esta ajuda, os grupos em conflito buscam atingir seus objetivos, valendo-se de todos os meios possíveis e rompendo, frequentemente, com as práticas das guerras tradicionais.

Uma destas mudanças pode ser apontada, por exemplo, na forma como a guerra se iniciaria. A declaração de guerra, outrora explícita e formal, passou a ser feita através de atos violentos, direcionados à população civil, seja através de um ataque direto a ela ou às instituições estatais e sociais que a representam; suas causas não seriam facilmente distinguíveis, mas se confundiriam em eventos recentes e um suposto rancor guardado entre os grupos (Kaldor, 2001). Com isso, guerra e da paz passaram a ser aspectos cujas fronteiras não seriam facilmente delimitadas, confundindo-se.

Kalevi Holsti (1996, p. 21) entende estes conflitos como frutos dos enfrentamentos entre grupos políticos domésticos, ocorrendo em função da fragilidade do Estado e do questionamento de sua autoridade sobre aquela comunidade pelo grupo desafiante. O aumento do número de Estados a partir de 1945, especialmente em razão da descolonização africana e asiática, contribuiu para a crescente percepção deste tipo de guerra. As comunidades políticas presentes no território destes novos Estados lutavam contra o governo estatal, sob a alegação de que esta elite governante não era seu representante legítimo.

Mary Kaldor (2001), de modo semelhante e também trabalhando na insuficiência do Estado como provedor de bens e serviços, vê as novas guerras como sendo diretamente afetadas pelos processos de globalização a partir da década de 1980, com a

mudança dos objetivos, modos e sujeitos envolvidos na guerra, bem como na sua forma de financiamento. As novas guerras seriam choques entre identidades políticas, anteriores à formação do Estado, que iriam além de dicotomias como situação e oposição ou conservadores e radicais. Para Kaldor, estas identidades políticas remeteriam a características culturais e políticas referentes à formação dos grupos que comporiam o Estado e não mais a questões de política estatal.

Pensar as novas guerras nestes termos nos leva a duas conseqüências: a primeira é em relação ao modo como as novas guerras são feitas, combinando elementos de guerrilha e contra-insurgência e levando os grupos em conflito a buscarem o controle político e econômico de uma região ao invés de procurar por vitórias militares através da erosão da estrutura estatal, seja em termos de monopólio do uso da força, seja através do questionamento da legitimidade de suas instituições. A guerra se tornaria privatizada (Singer, 2001). Desta mudança no *warfare* decorreria a segunda conseqüência deste choque de identidades: as identidades políticas seriam vistas como locais e globais, nacionais e transnacionais, sendo mobilizadas através dos avanços tecnológicos e dos fluxos de globalização, que transmitiriam seus valores para além das fronteiras da guerra. Esta mobilização garantiria apoio à causa e fomento às ações militarizadas dos grupos, garantindo os recursos necessários para que a guerra aconteça. Ambas as conseqüências repercutiriam o processo de depredação do Estado, impedindo que este se comporte de maneira funcional. É neste ponto que concentraremos nosso estudo.

AS DINÂMICAS DE RETRO-ALIMENTAÇÃO DAS NOVAS GUERRAS

Comparados às guerras tradicionais, os custos das novas guerras são economicamente menores: “[t]he most important reason why the new wars are so cheap, and therefore so easy to start, is that they are funded through asymmetrical relations of exchange imposed upon society” (Münkler, 2005, p. 77). Por não dependerem de Estados funcionais para a continuidade dos conflitos, os beligerantes buscam alternativa mais acessíveis para se manterem

capazes de lutar. Para tanto, valem-se, dentre outras formas, de armamentos baratos, de infra-estrutura civil e da arregimentação de novos soldados para levar adiante o conflito (Münkler, 2005, p. 74; Kaldor, 2001, p. 96). Tais alternativas, contudo, demonstrariam o quanto seu custo social é elevado. Diferentemente das guerras tradicionais, as novas guerras não assumem o papel de *state building*, promovendo a consolidação de um governo e o estabelecimentos de estruturas formais para superar um estado de anarquia e caos; de modo oposto, as novas guerras implicam o ataque a eventuais estruturas estatais existentes, levando ao colapso destes Estados e a destruição da sociedade, esvaziando qualquer expectativa de um futuro sustentável (Münkler, 2005, p. 76).

Dessa maneira, a completa falência do sistema econômico do Estado se apresenta como uma das faces mais visíveis do conflito. Isto acontece porque o conflito assume uma função predatória, minando e erodindo estruturas formais existentes em razão da necessidade de se extrair os recursos necessários para o financiamento da guerra. O crime organizado, o banditismo e redes informais – muitas vezes ilegais – de comércio acabam por se tornar elementos freqüentes nos Estados em guerras: “the new wars involve a blurring of the distinctions between war (...), organized crime (...) and large-scale violations of human rights” (Kaldor, 2001, p. 2).

Frente ao cenário descrito acima, percebemos que três aspectos garantiriam a continuidade das novas guerras através da depredação das estruturais estatais e do surgimento de redes não-oficiais que atuariam à margem de qualquer estrutura oficial porventura existente. O primeiro elemento a ser trabalhado é a depredação das vias oficiais de desenvolvimento econômico, que esgotaria as possibilidades da promoção de um crescimento sustentável. Em um segundo momento, abordaremos a adesão e captação da população civil, especialmente dos jovens, para o conflito, visto por estas camadas como a única forma de garantir o sustento e *status* destes na sociedade. Finalmente analisaremos a injeção de recursos – logísticos e financeiros – por atores estatais e não-estatais externos aos conflitos graças aos chamados processos de globalização: dentre estes grupos de atores estão incluídos não apenas simpatizantes a uma das partes em conflito, mas também ONG’s e agências

internacionais que, através do auxílio humanitário, garantem a ajuda à populações em situação de desespero, mas também alimentam os lados em conflito. Estes elementos característicos das novas guerras as diferenciam dos conflitos até então conhecidos, dificultando a forma como os processos de resolução atuavam sobre sua dinâmica e aqueles que estão nela envolvidos, promovendo desafios à forma como as operações de paz no pós-Guerra Fria são concebidas.

Iniciaremos nossa exposição pelas formas como o Estado é depredado pelas partes envolvidas nos conflitos. Tradicionalmente quando pensamos em economias de guerra, referimo-nos a planejamentos centralizados, totalizantes e autárquicos de maneira a otimizar o esforço de guerra. Os Estados concentram seus esforços produtivos de maneira a maximizar seu poder e sua capacidade de empregar a força para romper mais rapidamente com a resistência de seu adversário e, ao atingir a vitória, sair do estado de beligerância e retornar às suas atividades corriqueiras. Mas as novas guerras não seguem este modelo, muito pelo contrário: como vimos anteriormente, a própria legitimidade do Estado é questionada, logo não há motivação para que suas estruturas sejam reforçadas. A violência é igualada à anarquia. O cenário que se percebe é de depredação das estruturais locais através da violência cometida contra civis e da cooperação econômica freqüente entre as partes em conflito (Kaldor, 2001, p. 90-91).

Neste sentido, pode-se perceber que o Estado carece de condições de organizar um sistema econômico produtivo ou, ao menos, inclusivo o suficiente para que não se precise recorrer à violência ou à formas ilícitas de comportamento para garantir a sobrevivência. Nas palavras de Mary Kaldor (2001, p. 101),

[t]erritorially-based production more or less collapses either as a result of liberalization and the withdrawn of state support, or through physical destruction (...), or because markets are cut off as a result of the disintegration of states, fighting, or deliberate blockades imposed by outside powers, or more likely, by fighting units on the ground, or because spare parts, raw material and fuel are impossible to

acquire. In some cases, a few valuable commodities continue to be produced (...) and they provide a source of income for whoever can provide "protection".

Graças ao colapso das estruturas de controle e de produção, a população se mostra incapaz de se manter e a expoliação dos recursos disponíveis se inicia: a falência do Estado seria uma das causas da privatização da violência (Kaldor, 2001, p. 92). Grupos de criminosos começam a surgir promovendo saques, roubos extorsão para garantir sua sobrevivência e acirrando o clima de insegurança na região (Williams and Picarelli, 2005, p. 123). Ao mesmo tempo, percebe-se o desenvolvimento de mecanismos informais de pressão sobre o mercado, como controle da distribuição de produtos e bens essenciais por grupos beligerantes, estimulando o mercado negro e condições diferentes daquelas praticas durante os períodos de paz. Quanto mais informal se torna a guerra, mais fragmentada e informal se torna a economia (Kaldor, 2001, p. 104). A sociedade não consegue mais sobreviver através de meios próprios, levando à sua fragmentação e dependência de grupos criminosos e ajuda externa.

Os grupos beligerantes, determinados a manter sua hegemonia e poder, estimulam a manutenção desta situação de incapacidade estatal para aumentar ainda mais a sua influência sobre as populações que padecem em razão dos conflitos. Taxas de proteção e cobrança de impostos sobre os poucos recursos disponíveis são realizados, enfraquecendo a população e deixando o Estado ainda mais incapaz de reagir e de responder a estas ameaças.

Diante desta situação de colapso da economia e da produção doméstica, a ajuda externa se torna crucial, como será visto mais à frente. A sociedade se vê ameaçada por práticas predatórias que extrapolariam a violência da guerra, impedindo a manutenção das condições necessárias à sobrevivência cultural e material. Esta situação faz com que o Estado – ou o que resta dele – se mostre incapaz de promover qualquer mudança ou inclusão social que retire estes grupos combatentes de cena, retomando o seu poder. Com isso, entra o segundo aspecto que gostaríamos de analisar, que é o da adesão e da captação de membros da sociedade civil para as fileiras dos grupos combatentes.

Diante da situação de insuficiência econômica e social, as oportunidades para os indivíduos se manterem afastados dos conflitos acabam por não existir: a própria obtenção de bens, essenciais para a sobrevivência ou não, fica dependente da submissão aos grupos beligerantes. Desta maneira, a imagem que é transmitida para a sociedade é de que se tornar parte do conflito representaria não só a única chance de ascensão social e econômica, quíça de sobreviver às condições impostas pela violência. A associação entre a ausência de oportunidades para viver dentro da legalidade e a necessidade de garantir os meios para a sua sobrevivência levaria, portanto, diversos indivíduos a buscar na violência a solução para seus problemas. Entre estes indivíduos, boa parte deles seria de jovens, que se encontrariam em situação de desesperança (Münkler, 2005, p. 77), o que tornaria os custos econômicos das novas guerras ainda menores para aqueles que as promovem. Ao se referir das guerras na África Ocidental, Peter Lock ressalta o cálculo de razoabilidade que as populações mais jovens fazem ao ponderar as motivações para a sua entrada no conflito:

[f]or young men “being a soldier” is the best means of social participation, and besides it is likely that their chances of survival in today’s Sierra Leone are incomparably greater than in the chaos of “civil society” paralyzed by war. The role of a so-called child soldier is not only seductive for rootless children; it is also a “rational choice”, to put it in the jargon of an economist viewpoint (Lock *apud* Münkler, 2005, p. 77-78).

Assim, a adesão destes indivíduos contribuiria para a continuidade da privatização do conflito, visto que as melhores oportunidades de crescimento social e financeiro parecem vir dos grupos beligerantes, não das formas tradicionais de sobrevivência ou da adesão às forças oficiais de segurança.

Finalmente, e face às condições de insuficiência econômica, a incapacidade de reconstrução social e a adesão de civis aos grupos beligerantes como forma de sobreviver à violência descritas acima, temos a questão da injeção de recursos – financeiros e logísticos –

oriundos de atores externos aos conflitos através dos chamados processos de globalização (Scholte, 2002) e da ajuda humanitária. Segundo Kaldor (2001, p. 71), a chamada globalização promove tanto elementos de internacionalização quanto de localismo, integrando e fragmentando redes culturais que, através de sua verticalização, alcançam limites nunca antes imaginados. Isto permitiria aos grupos em conflito de se aproximarem de outros grupos que compartilhassem seus valores e/ou são simpatizantes de sua luta, facilitando a identificação com um dos lados do conflito e possibilitando o envio de ajuda política, militar e econômica: os combates passariam a ser lutados por grupos privados locais alimentados por recursos vindo de atores estrangeiros – estatais e não-estatais, até mesmo de indivíduos (Singer, 2001). Por meio desta ajuda, os grupos beligerantes buscariam atingir seus objetivos, inclusive rompendo com certas práticas utilizadas durante as guerras tradicionais, alternando a maneira como a limitação da violência sofrida, a eliminação da oposição política e a acumulação de recursos econômicos eram buscados (Keen, 2000, p. 2).²

Kaldor (2001, p. 102 e seguintes) sugere que as formas gerais mais comuns de financiamento externo dos conflitos poderiam ser sintetizados em quatro pontos. Contudo, estas quatro formas descritas por Kaldor são em nossa opinião muito assemelhadas. Iremos tratar destas quatro formas sintetizando-a em duas: o auxílio direto de governos estrangeiros e de membros da diáspora que vive no exterior a indivíduos, famílias e grupos específicos de uma determinada região e o auxílio humanitário promovido também por governos e ONG's aos grupos em conflito, de uma forma mais geral. Cabe ressaltar que estes modos de financiamento não se restringem a estes descritos pela autora: os conflitos também se retro-alimentariam, especialmente pela dependência que estes teriam do auxílio internacional.³

A primeira forma de se financiar o conflito que iremos trabalhar será a ajuda internacional voltada para indivíduos, famílias e grupos

² Sobre o assunto, Valença (2006, p. 33 e seguintes).

³ Sobre o tema, LUTTWACK, Edward N. "The Curse of Inconclusive Intervention". In: **Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflicts**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2001, p. 265-272.

específicos dentro do conflito, de forma a provê-los dos recursos necessários para adquirir bens e serviços durante o período de violência. A verba destinada a afastar indivíduos do conflito pode ser desviada – voluntariamente ou não – para os grupos em conflito, alimentando-os com armas e outros equipamentos necessários para a continuidade do esforço de guerra. Ao invés de fornecer os meios para manter os beneficiários longe da violência, este capital pode ter o mesmo destino daquele enviado para promover “a causa” que motivou a disputa, seja por parte de grupos da diáspora vivendo no exterior, seja por governos interessados diretamente na vitória de um dos lados. A promoção desta causa pode trazer identificação com outros grupos exteriores, que tentarão ajudar os combatentes a lutar contra seus inimigos, mantendo-os ativos no conflito.

Estas formas de financiamento se assemelhariam muito à maneira como as grandes potências lutavam suas guerras por procuração durante o período da Guerra Fria. Ao financiar determinado grupo a manter a luta contra um outro, estes países, grupos ou até mesmo indivíduos estariam consolidando seus interesses econômicos e políticos em determinada região, garantindo que o resultado fosse favorável a eles.

A outra maneira de financiar os conflitos que trataremos neste trabalho é através da intervenção humanitária provida por organizações regionais, governos e ONG’s internacionais. Inicialmente empreendidos com o intuito de auxiliar a superar a problemática e a retro-alimentação das guerras, os esforços humanitários podem acabar tendo sua finalidade desviada, servindo aos grupos beligerantes e não à população que ele deveria auxiliar.⁴

As formas mais comuns de desvio destes fundos humanitários se dão através do ataque a comboios, algo relativamente freqüente em regiões onde o policiamento é inexistente, como aconteceu por diversas vezes na missão de paz no Haiti; a cobrança de “pedágios” para autorizar a passagem em regiões controladas por grupos milicianos também é freqüente, como aconteceu na Bósnia-Herzegovina⁵. Em alguns casos, há denúncias sobre a relações de

⁴ Mary Kaldor (2001, p.

103) afirma que perdas de até 5% do valor ou dos bens destinados ao auxílio humanitário são consideradas “aceitáveis”.

⁵ Sobre o tema, Valença (2006), p. 69 e seguintes.

cooperação entre as próprias forças humanitárias e os grupos, como foi no caso de Serra Leoa (Valença, 2006, p. 133, nota 79):

[forças do governo] withdrawn from a town, leaving arms and ammunition for the rebels behind them. The rebels pick up the arms and extract the loot, mostly in the form of cash, from the townspeople and then they themselves retreat. At this point, the government forces reoccupy the town and engage in their own looting, usually of property (which the rebels find hard to dispose of) as well as engaging in illegal mining (Keen, 1995, 13-14).

No entanto, estas formas não são as únicas maneiras de se prover o conflito através de ajudas bem intencionadas por parte da comunidade internacional. Luttwack (2001) é um crítico ferrenho deste “auxílio” humanitário, impondo pesadas críticas aos seus defensores. Porém, por questões de espaço e objetividade, não entraremos em uma discussão mais profunda sobre o tema. É importante, no entanto, percebermos a mensagem deixada por Kaldor neste tópico: diferentemente de Luttwack, Kaldor não condena a ação humanitária para auxiliar as partes nas novas guerras. Contudo, a autora tem consciência de que esta ajuda é uma das forças que sustenta as novas guerras, seja por prolongar os esforços do mais fraco na relação assimétrica estabelecida, seja por proporcionar aos beligerantes fontes para explorar e aumentar as suas capacidades. Parte integrante do conjunto de princípios morais defendido pela comunidade internacional, a ajuda humanitária para aliviar o sofrimento pode se tornar moeda de troca nas guerras, aumentando a dependência dos grupos envolvidos no conflito do cenário internacional, impedindo que o Estado consiga se reerguer por conta própria.

COMO RESPONDER ÀS DEMANDAS DAS NOVAS GUERRAS?

Como mostramos nas seções anteriores, o fim da Guerra Fria e a “descoberta” das novas guerras motivaram a uma renovação dos procedimentos empregados no *peacekeeping*, sendo necessário

atuar de forma a solucionar os problemas que deram origem às guerras e não mais agir paliativamente (Miall et al, 1999; Kriesberg, 1997 e 2001). Diante das novas formas que o conflito assumia, atuar meramente como anteparo, sem promover a transformação do conflito, deixou de ser suficiente para o sucesso das operações de paz. A instabilidade nos países que passavam por novas guerras poderia transbordar para áreas vizinhas, prejudicando a segurança e estabilidade regional, quiçá internacional. A questão do conflito interno entrava para a agenda política global.

Do mesmo modo, as novas guerras atacam de forma predatória a capacidade funcional dos Estados, tornando-os incapazes de promover, através de seus próprios meios, a resolução dos conflitos em seu território. Os grupos envolvidos nas guerras, para garantir sua sobrevivência, espoliavam os recursos do Estado, impedindo que este proveesse oportunidades para os cidadãos e obrigando-os a manter a atividade ilegal como forma de manutenção. Este ciclo vicioso retro-alimentava os conflitos, impedindo seu fim e tornando a questão econômica uma das causas da própria violência, além das diferenças de identidade.

Assim, o *peacekeeping* sofreu alterações, de maneira a solucionar as origens do conflito e, conseqüentemente, prevenir o *spillover* de seus efeitos. Seu foco se tornou mais amplo, pois a gama de questões a ser abordada exigia maior dedicação da comunidade internacional, atacando as causas da guerra em diversas frentes, não mais se restringindo ao campo militar (Patriota, 2001):

wider peacekeeping, or peace support, has to be seen within the context of broader coordinated program which links emergency relief and rehabilitation with clear political goals, with social and economic reconstruction (development), and with peace (cooperation and reconciliation) (Miall et al, 1999, p. 214).

Desta maneira, as novas operações de paz não devem se restringir a buscar apenas resolver os conflitos existentes visando a paz negativa, mas também resolver os problemas que motivaram os lados a entrar em choque armado. É preciso atuar de maneira a não apenas solucionar os problemas que decorreriam dos conflitos,

mas também aqueles que o causaram, de forma a preservar e oferecer maneiras de garantir a paz. A paz negativa deixa de ser o objetivo primordial e esforços se orientam para a criação de uma paz positiva, duradoura.

A preocupação com a proteção dos direitos humanos entrou na pauta motivadora das operações, bem como a constatação da necessidade de se renovar as estruturas institucionais do Estado, afetadas pelo processo de retro-alimentação das novas guerras. O engajamento de forças não-militares em áreas estratégicas, como na alocação de recursos humanitários, desenvolvimento de processos de reestruturação da economia local e desenvolvimento de instituições que suportassem os esforços de reconstrução, também passou a ser uma preocupação constante.

Após o período de conflitos os laços que sustentariam a economia local mostrar-se-iam abalados e precisariam ser retomados para que os esforços voltados para a paz continuem a acontecer e a produzir efeitos. De maneira análoga, as relações sociais estariam estremecidas e fragilizadas, o que implicaria a necessidade de desenvolver medidas diretamente ligadas a tais pontos. Como mencionamos acima, o Estado estaria em colapso, com oportunidades econômicas e sociais limitadas, não oferecendo um futuro crível para a sua sociedade. Com o fim dos conflitos algumas ameaças estariam afastadas, como o deslocamento de indivíduos em função da violência ou a violação maciça dos direitos humanos, mas a necessidade de reintegração de indivíduos muitas vezes inaptos a exercer qualquer atividade que não seja guerrear e daqueles diretamente afetados pela violência se torna necessária. Ademais, o período posterior ao conflito também cria um mercado de armas, antes utilizadas em combates, que pode ameaçar a formação de instituições. Diante desse cenário, precisa-se oferecer condições aos grupos e indivíduos para que não retornassem às suas atividades belicosas, trocando o bem social "paz" por condições econômicas e sociais de inclusão, como emprego, estabilidade e chance de participação no jogo político que se pretende formar – o *peacebuilding marketplace* (Miall et al, 1999; Licklider, 2001).

A idéia por detrás do *peacebuilding marketplace* é mostrar que abrir mão dos meios de violência em prol de uma postura cooperativa pode produzir resultados interessantes para os ex-

combatentes, que não deveriam se sentir mais ameaçados pelos seus antigos inimigos: estes também seriam convidados a se inserir no processo de integração social, através do oferecimento de incentivos tangíveis para sua colaboração, como oportunidades de reintegração e de sobrevivência na sociedade no pós-guerra.

Como a prevenção do retorno da violência atua principalmente em curto e médio prazo, o *peacebuilding marketplace* se mostra de grande importância para que a paz sustentável seja conseguida. O seu desenvolvimento imperfeito acabaria por desestabilizar o esforço de reforma e construção das instituições, pois a ameaça de retorno ao conflito seria sempre existente. Se houve o início de conflitos, possivelmente existiriam condições – econômicas, políticas, sociais – para tanto. Garantir a segurança é um passo para levar os conflitos a um fim definitivo. Da mesma maneira, assegurar a estabilidade das condições econômicas e sociais é um reforço da preocupação com um futuro próximo sem que a ameaça originada pelas causas do conflito parem por sobre a sociedade. Mas a busca por uma estrutura institucional voltada ao legítimo exercício do poder e do oferecimento de condições legítimas para a sobrevivência e para a ascensão social e econômica demonstram não apenas a inquietação com as condições imediatas de estabilidade, mas também a busca por medidas concretas voltadas à manutenção da paz obtida com os acordos.

Todas estas medidas e condições demonstram a necessidade da comunidade internacional em atuar de maneira mais incisiva nas novas operações de paz, acompanhando e buscando compreender as dinâmicas internas nos países que sofrem as intervenções. Desta maneira, pode-se compreender os processos internos e os diferentes incentivos, positivos e negativos, para se juntar ao conflito. Somente desta maneira pode-se entender como responder às adesões civis aos grupos em enfrentamento, não pelo ódio ao Outro, mas como resposta para o próprio questionamento de quais meios levarão à sobrevivência. Ademais, o aumento das interações entre os planos doméstico e o internacional levam a uma penetração de atores externos aos conflitos que podem ser, ao mesmo tempo, benéficas e comprometedoras. Uma vez que o processo de retro-alimentação dos novos conflitos se instala, torna-se muito difícil superar esta condição de colapso, logo o apoio

internacional se mostra necessário para que isto aconteça. Contudo, deve-se promover um intenso monitoramento de como esta ajuda é realizada, de forma a evitar que contribua para acirrar a disputa e colocar a sociedade em uma situação ainda mais perturbadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos – como parte integrante do jogo político – devem ser vistos e entendidos como dinâmicos, adquirindo características específicas que os diferenciariam e os tornariam peculiares uns dos outros. Ainda que podendo ser ordenados em grupos mais amplos – através de características genéricas como natureza das partes envolvidas, modo de condução, entre outros, de maneira a se criar tipologias e classificações (Holsti, 1996; Kaldor, 2001) –, cada guerra é única e suas origens e motivações são pertinentes a um contexto espaço-temporal determinado, implicando em características políticas e culturais específicas (Kaldor, 2001; Keegan, 2002). Se a guerra é política por outros meios e a política é definida dentro de uma localização espaço-temporal específica, a guerra também estaria sujeita a esta dinâmica. Ela é um fenômeno social e está subordinado às condições políticas que os cercam.

Assim, se as guerras tradicionais tinham grande apelo em função do cenário europeu a partir do século XVII, sendo reforçada para garantir a hegemonia de um determinado arranjo político, a perpetuação desta visão de guerra, mesmo que em conflito com o que acontecia, as novas guerras, portanto, devem ser entendidas dentro do contexto político pós-II Guerra Fria. Com isso, a visão guerra limitada à imagem das guerras tradicionais não permitiria entender a mudança ocorrida nas relações internacionais nas últimas décadas e, em especial, a ascensão dos atores não-estatais para um plano de maior relevância na política internacional, assumindo competências antes exclusivas dos Estados, como a própria capacidade de fazer guerra e a de ser parte em acordos e tratados internacionais.

A segurança, apesar de sua importância para o *peacekeeping* tradicional e – por que não – para o novo *peacekeeping*, não foi elemento determinante para o sucesso de diversas missões de paz no pós-Guerra Fria.⁶ A ausência da violência física por si só não se

mostra capaz de erradicar as causas do conflito, nem de construir as bases para as instituições que seriam criadas. Caso sejam reduzidas a estes termos, as novas missões de paz não se mostrariam diferentes das missões de *peacekeeping* tradicional.

Desta maneira e em consonância com o que expusemos ao longo deste artigo, podemos perceber que apenas o fim da violência direta não é referencial para o sucesso das novas missões de paz organizadas pela ONU. Experiências como a da UNMIBH nos mostrou que o sucesso das missões de paz decorreria de ações no campo da segurança acompanhadas da execução de programas que ajudem a superação da violência estrutural e do apoio da comunidade internacional no trato das questões. Tal enfoque permitiria abordar o conflito em duas frentes: a primeira através da redução da ameaça à integridade física das populações e indivíduos e a segunda, com a garantia de que o fim da violência direta será acompanhado de soluções para o trauma psicológico sofrido. Aliviar o sofrimento material é um objetivo válido, mas não o bastante para resolver pendências anteriores à formação e crise do Estado. Esta segunda preocupação por nós apontada visa a atingir resultados em maior termo do que a primeira, porque não consistiria apenas na garantia da segurança do indivíduo nos tempos de paz – esta tradicionalmente entendida como a ausência de guerra –, mas também do oferecimento de condições que proporcionem que o potencial do indivíduo e da sociedade sejam atingidos integralmente.

Os conceitos de paz, desenvolvimento e integração que norteiam estas missões deveriam ser revistos, adequando-se às novas exigências: definições de paz, violência, segurança e ameaça devem ser ampliadas, sob o risco de explicar apenas parcialmente a situação que pretendem apresentar. Afinal, como bem coloca David Keen (2000, p. 18), de uma forma ou de outra, todos querem a paz, mas preferencialmente a *sua* idéia de paz (grifo nosso). Esta ampliação da tolerância à diferença por parte das novas operações

⁶ Sobre o assunto, favor consultar nosso trabalho intitulado “A questão da segurança nas novas operações de paz da ONU: os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina”, onde tratamos das formas como a segurança foi abordada nas duas maiores operações de paz da ONU até o ano de 2006, quais sejam a UNMIBH e a UNOMSIL, respectivamente na Bósnia-Herzegovina e em Serra Leoa. O trabalho se encontra disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0490.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt>.

exigiria também maior comprometimento da comunidade internacional. Os desafios que as missões de paz encontram hoje demandam maiores esforços – políticos, econômicos e materiais – do que aqueles enfrentados à época do *peacekeeping* tradicional. O campo da resolução de conflitos não se limitaria apenas a resolver as disputas após o seu início, mas deve se preocupar também com a sua prevenção, antes que a violência direta volte a eclodir. Daí a necessidade de se trabalhar também com as condições que impeçam a violência estrutural, de modo que a dinâmica das novas operações de paz seja integralmente desenvolvida.

Mais do que buscar alternativas que atinjam à colaboração das partes, o campo teórico da resolução de conflitos deve preocupar-se com os meios que supram o que estas partes precisam, de maneira coordenada e organizada: a verdadeira segurança só poderia ser obtida por uma das partes quando a outra não for dela privada (Booth apud Bellamy, 2003, p. 328). Nas palavras de David Keen (2000, p. 15),

[t]his way of thinking tends to put education, employment and ensuring the rule of law at the heart of conflict prevention and resolution. In other words, it highlights the need for development – but probably not the kind of development that preceded the conflict.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACHARYA, A. The Periphery as the Core: the third world and security studies. In: **Critical Security Studies**. Minnesota: Minnesota University Press, 1997. p. 299-327.
2. AGNEW, J. The Geopolitical Context of Contemporary Ethnopolitical Conflict. In: **Reconcilable Difference: turning points in ethnopolitical conflict**. West Hartford: Kumarian Press, 2000.
3. AYOOB, M. **The Third World Security Predicament: state making, regional conflict, and the international system**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.
4. CREVELD, Martin van. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.
5. DIEHL, P. **International Peacekeeping**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
6. EVANS, G.; NEWNHAM, J. **The Penguin Dictionary of International Relations**. Londres: Penguin Books, 1998.
7. GLEDITSCH, Nils Peter et al. Armed Conflict 1946–2001: a new dataset. In: **Journal of Peace Research**, v. 39, n. 5, p. 615-637, 2003.
8. GURR, T. R.; HARFF, B. **Ethnic Conflict in World Politics**. Boulder: Westview, 1994.
9. HOLSTI, K. J. **The State, War, and the State of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
10. KALDOR, Mary. **New & Old Wars: organized violence in a global era**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

11. KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
12. KEEN, D. War and Peace: what's the difference? **International Peacekeeping**, v. 7, n. 4, p. 1-23, 2000.
13. _____. When War Itself is Privatized: the twisted logic that makes violence worthwhile in Sierra Leone. **Times Literary Supplement**, p. 13-14, 1995.
14. KRIESBERG, L. The Development of the Conflict Resolution Field. In: **Peacemaking in International Conflict: methods and techniques**. Washington, D. C.: United States Institute of Peace Press, 1997. p. 51-80.
15. LICKLIDER, R. Obstacles to Peace Settlements. In: **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflicts**. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 2001. p. 697-718.
16. LUND, M. **Preventing Violent Conflicts: a strategy for preventive diplomacy**. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 1996.
17. LUTTWACK, E. N. The Curse of Inconclusive Intervention. In: **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflicts**. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 2001. p. 265-272.
18. MIALL, H.; RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T. **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press, 1999.
19. MORAN, D. Strategic Theory and the History of War. In: **Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 17-44.
20. MÜNKLER, H. **The New Wars**. Cambridge: Polity Press, 2005.

21. PATRIOTA, A. de A. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo**: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília: Funag, 1998.
22. SCHOLTE, J. What's Globalization? The Definitional Issue - Again. **CSGR Working Paper** . n.109, 2002.
23. SINGER, Paul. W. Corporate Warriors: the rise of the privatized military industry and its ramifications for international security. **International Security**, v. 26, n. 3, p. 186-220, 2003.
24. VALENÇA, Marcelo Mello. **A Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU**: os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
25. WILLIAMS, P.;PICARELLI, J. T. Combating Organized Crime in Armed Conflicts. In: **Profiting from Peace**: managing the resource dimensions of civil war. Boulder: Lynne-Rienner, 2005. p. 123-152.